Comissariado de Auditoria

PARTE I

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO 2005

Acompanhando a evolução estável do primeiro Governo da RAEM, também o Comissariado da Auditoria passou por cinco anos de árdua aprendizagem e cumpriu de modo constante e firme as funções próprias consagradas no seu diploma orgânico, concentrando-se na realização da auditoria financeira às contas do Governo, de auditorias específicas e de auditorias de resultados, por forma a cumprir cabalmente o seu papel e desenvolver ao máximo a sua acção fiscalizadora sobre a boa execução e aplicação das finanças públicas. Concomitantemente, os serviços públicos, numa base de cooperação activa e de auto-aperfeiçoamento, deram mais um passo em frente no melhoramento das suas operações financeiras e de gestão.

Com o ano de 2005, o Governo da RAEM iniciou o seu segundo mandato e o Comissariado da Auditoria, priorizando as suas tarefas, fez conjugar a sua actuação com as Linhas de Acção Governativa do Governo, desenvolvendo e executando firme e sistematicamente a orientação política definida.

Sendo a auditoria financeira uma tarefa prioritária, continuámos em 2005 a investir grandes recursos na auditoria da Conta Geral do Governo e na auditoria das contas de gerência dos serviços autónomos. Com a prática de auditoria acumulada ao longo dos passados cinco anos, dominando suficientemente a aplicação orçamental e a gestão de contas praticadas pelos serviços públicos da RAEM, decidimos que, nos próximos cinco anos do segundo Governo da RAEM, vamos metodicamente passar duma auditoria dependente de testes substantivos para uma auditoria orientada por risco baseada em resultados de análise de sistemas, procurando através deste tipo de auditoria alargar, anualmente, a cobertura da auditoria e baixar os custos inerentes, aumentando assim a sua eficácia e eficiência. Para atingir este objectivo, afectamos, em 2005, recursos adequados para realizar

análises de auditoria aos subsistemas actualmente existentes nas operações financeiras públicas, dando assim o primeiro passo firme para a concretização da auditoria orientada por risco.

A fim de demonstrar a eficácia das sugestões de auditoria, o Comissariado, para além de continuar a dirigir “bfícios aos dirigentes” dos respectivos serviços, promovia, quando necessário, contactos interactivos com os responsáveis máximos dos mesmos. Através do diálogo entre os dirigentes de ambas as partes, reforçava-se a compreensão mútua sobre as respectivas posições e pontos de vista, o que facilitava a consecução de consensos sobre as sugestões de auditoria e ajudava os serviços públicos a gerirem com maior eficiência as suas contas. Juntamente com executivos de diferentes níveis da Administração Pública, organizavamos igualmente seminários e colóquios para debater temas específicos de gestão financeira e de gestão, com vista a identificar formas de actuação legais, razoáveis e eficazes.

Após cinco anos de empenho, apraz-nos verificar que os serviços públicos já compreenderam as funções do Comissariado da Auditoria, reconhecendo que as suas sugestões, apresentadas na perspectiva de um observador independente, são úteis para a valorização e aperfeiçoamento dos próprios serviços públicos e que o Comissariado é um parceiro no seu trabalho. Partindo deste reconhecimento, assiste-se já nos serviços públicos, gradual e harmoniosamente, ao desabrochar de uma cultura de auditoria e, ao mesmo tempo, à busca da alta eficácia e eficiência no desempenho das quais este Comissariado é apologista, situação que contribui para consolidar a base do sistema de auditoria do Governo da RAEM.

Ao fim de cinco anos de prática, a auditoria de resultados e a auditoria específica provaram a sua acção dinamizadora na promoção da aplicação adequada do erário público pelos serviços públicos e no incremento da eficácia e da eficiência dos mesmos. Em 2005, reforçámos os recursos para acompanhar e estudar as matérias que suscitaram maior preocupação do público e, após avaliação exaustiva das razões objectivas e das capacidades subjectivas, procedemos a várias auditorias de resultados e específicas. No

presente ano, concluímos já várias auditorias de resultados e específicas, cujos relatórios estão também já concluídos e entregues para a apreciação do Chefe do Executivo.

Para corresponder às necessidades de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, otimizar o aproveitamento e afectação os seus recursos com vista a que o pessoal de auditoria se possa concentrar na realização de determinados processos de auditoria, vamos, através da alteração da lei orgânica, proceder à reorganização da estrutura do Comissariado. Aliás, os trabalhos de reestruturação encontram-se paulatinamente já em curso e, uma vez concluído o processo legislativo, dar-se-á início ao processo concreto de reorganização.

De acordo com as orientações traçadas, prosseguimos em 2005 com a realização sistemática de cursos de formação dirigidos ao pessoal de auditoria, a fim de assegurar a qualidade da auditoria. Estamos convictos de que só com uma equipa de auditoria de qualidade e com profissionalismo poderemos vencer todas as dificuldades e desafios e satisfazer as expectativas e as exigências que a sociedade coloca ao Comissariado da Auditoria. Para reforçar a equipa e fazer face às necessidades de auditoria a mais matérias e com maior profundidade, admitimos, neste ano de 2005, pessoal especializado em diferentes áreas para enriquecer os serviços de apoio deste Comissariado. Ao mesmo tempo, organizámos várias modalidades de cursos de formação para o pessoal de auditoria, de índole prática e de conteúdo inovador, orientados tanto para a componente técnica assim como para o reforço da preparação psicológica, para cuja realização foram convidados especialistas e académicos do exterior. Paralelamente, o Comissariado seleccionou quadros seus, que mais de distinguiram no desempenho, e colocou-os em estágios no exterior. O Comissariado da Auditoria espera poder elevar a qualidade profissional de todo o seu pessoal de auditoria através da realização desses diferentes tipos e modalidades de formação.

A participação activa em actividades de intercâmbio e conferências das organizações internacionais de auditoria permite-nos, por um lado,

adquirir informações actualizadas e, por outro, reforçar as estreitas relações e contactos com a auditoria internacional, o que beneficiará grandemente a realização de cursos de formação para o pessoal de auditoria e elevar a sua capacidade profissional. Neste sentido, em 2005, para além de continuarmos a manter relações estreitas com o Comissariado Nacional da Auditoria, participámos activamente nas actividades realizadas por organizações congéneres internacionais, como a participação, em Junho, da Comissária da Auditoria, e da sua auditora principal, na cerimónia do décimo aniversário da criação da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. Em 2005, os Comissariados de Auditoria de Hong Kong e de Macau deram mais um passo em frente na aproximação das suas relações de cooperação. Por um lado, o Comissariado de Macau enviou pessoal de auditoria seu para estagiar naquele Comissariado e, por outro, em meados de Junho, o Comissariado de Hong Kong, a convite, efectuou uma visita ao Comissariado da Auditoria de Macau, a sua primeira visita oficial desde que foi criado – durante a visita, o Comissário de Hong Kong, em colóquio, manteve um diálogo amigável e franco com o nosso pessoal de auditoria, alargando-lhe a visão profissional.

A fim de reforçar o espírito de união do pessoal, continuámos, em 2005, a desenvolver actividades recreativas e desportivas pós-laborais, que, para além de atenuar a pressão de trabalho, aprofundavam o conhecimento mútuo entre os trabalhadores. Estas actividades permitiram reforçar a união e o sentido de pertença dos trabalhadores do Comissariado da Auditoria.

Relativamente à utilização da auditoria apoiada em tecnologias de informática (abreviadamente designada por auditoria informática) como “pedra angular” da auditoria concomitante, iniciámos, em 2005, intensos estudos preliminares e trabalhos preparatórios. Por um lado, por variadas vias, recolhemos resultados de investigações científicas e experiências obtidos em países mais adiantados na auditoria informática por forma a identificar os métodos possíveis de aplicação em Macau e, por outro, procedemos à análise aprofundada a todos os sistemas informáticos actualmente usados pelos serviços públicos, com vista a encontrar um modelo uniformizado aplicável à gestão financeira pública local, procurando

assim criar condições favoráveis à realização de auditorias financeiras ou outros tipos de auditoria directamente pelo computador.

PARTE II

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2006

Face ao rápido desenvolvimento da RAEM, no novo ano, para além de procedermos em estreita conjugação com a visão governativa do Governo da Região, vamos manter-nos sempre alertas ao perigo, sempre com a postura de preparados para a crise em tempos prósperos e, com uma nova maneira de pensar, vamos procurar desenvolver com firmeza e dentro do enquadramento legal as tarefas de auditoria tanto em amplitude assim com em profundidade, pois isto consubstancia a responsabilidade que devemos cumprir e as expectativas depositadas no Comissariado pela sociedade.

Concluída a reestruturação do Comissariado da Auditoria no próximo ano e com mais recursos, vamos redobrar esforços no sentido de iniciarmos as auditorias de resultados e específicas que forem necessárias para supervisionar a aplicação dos dinheiros públicos, que é uma preocupação do grande público. As matérias a auditar serão definidas tendo em conta as características dos tipos de auditoria, numa abordagem científica e com a prudência profissional devida. Espera-se que com os vários processos de auditoria se consiga identificar e chamar a atenção dos serviços públicos para as lacunas e as deficiências existentes no meio dos processos de aplicação de dinheiros públicos e, reconhecendo a capacidade de auto-reformação dos serviços, incentivá-los a tornarem mais razoável e apropriada a aplicação dos fundos públicos e melhorarem as suas técnicas de gestão financeira.

Constituindo a auditoria financeira às contas do Governo uma função própria do Comissariado da Auditoria, vamos, no próximo ano, de acordo com a orientação política definida e com o que os recursos próprios permitirem, prosseguir a par e passo em direcção ao objectivo de alargar a cobertura dos serviços auditados, adoptando a auditoria orientada por risco. Continuaremos a desenvolver a análise de auditoria aos *subsistemas* existentes nas actuais operações financeiras públicas, procurando, o mais depressa possível, identificar os pontos fortes e fracos dos controlos internos dos *subsistemas* e,

partir dos quais, criar um modelo de análise do sistema em que se assentarão as bases da auditoria orientada por risco.

No âmbito de auditoria informática, continuaremos a intensificar esforços na realização de estudos e no desenvolvimento do modelo de auditoria de sistema concomitante com a gestão financeira pública local, com vista a definir, o mais breve possível, os procedimentos e orientações uniformizados de auditoria no que concerne à legalidade, à segurança, ao grau de exactidão dos dados e à verificabilidade do sistema operativo da contabilidade informática, lançando assim condições favoráveis ao implemento, num prazo mais curto possível, da auditoria informática.

Com vista a consolidar e a desenvolver o harmonioso ambiente de auditoria que este Comissariado e os serviços públicos, ao longo dos anos e em conjunto, criaram, iremos, nos tempos futuros, continuar a intensificar os trabalhos de divulgação junto dos serviços públicos, através de formas e vias diversificadas, de modo a reforçar as relações de cooperação entre ambas as partes.

A organização de seminários e de actividades de intercâmbio e de divulgação dirigidos a executivos de diferentes níveis da Administração Pública, em que se abordarão temas variados, será uma das tarefas prioritárias para o próximo ano e que de maneira nenhuma deixaremos de realizar. Através da análise conjunta do sistema de gestão financeira pública, deveremos poder encontrar medidas viáveis para uma melhor aplicação dos dinheiros públicos.

A fim de enfrentar os desafios colocados pelo rápido desenvolvimento da sociedade, vamos afectar mais recursos para que, através de modalidades diversificadas de formação, o pessoal de auditoria possa autovalorizar-se continuamente, elevando as suas competências técnicas e o seu nível de auditoria. Ao mesmo tempo, vamos dar máximo aproveitamento das boas relações estabelecidas ao longo dos anos com as organizações congéneres internacionais, participando activamente em conferências internacionais e actividades de intercâmbio, ajudando o nosso pessoal de auditoria a ganhar uma visão internacional e a adquirir informações mais

recentes, que, por sua vez, vai permitir a que o Commissariado da Auditoria esteja plenamente preparado para cumprir de forma distinta a missão confiada pelo Governo da Região.